

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de inscrição no 39º Congresso Brasileiro de Dioreito Administrativo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE
	Inscrição no 39º Congresso Brasileiro de Direito	
01	Administrativo- IBDA, que será realizado em Belo	08
	Horizonte/MG.	

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), é um dos eventos mais relevantes do país no campo do Direito Público, reunindo anualmente juristas, professores, gestores públicos, membros de Tribunais de Contas, magistrados e servidores públicos.
- 2.2. O evento visa à atualização de conhecimentos, ao debate de temas contemporâneos da Administração Pública e ao fortalecimento das boas práticas jurídicas e administrativas, com foco na eficiência, controle e transparência.
- 2.3. A participação de servidores do Tribunal de Contas no referido congresso se justifica pela relevância temática do evento, que abordará assuntos diretamente relacionados às atividades-fim e meio do Tribunal, tais como: Controle da Administração Pública; responsabilidade administrativa e financeira dos gestores públicos; governança e integridade; novas perspectivas do Direito Administrativo e jurisprudência dos Tribunais de Contas.
- 2.4. Além disso, a presença dos servidores contribuirá para o aprimoramento técnico e jurídico do corpo funcional, promovendo a capacitação contínua e a disseminação de conhecimentos estratégicos para a atuação institucional do Tribunal.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução como um todo busca atender as demandas de capacitação dos servidores do Tribunal de Contas do Estado.
- 3.2. Os possíveis impactos ambientais se relacionam ao uso de materiais de expediente durante os eventos.
- 3.3. Neste sentido, a Administração buscará sempre durante a execução da contratação a redução de possíveis resíduos e impactos ambientais que se correlacionem com estes tipos de materiais, orientando aos servidores a utilizarem equipamentos e materiais digitais durante os eventos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.1. A contratada deverá:

- Garantir o acesso da servidora ao evento;
- Disponibilizar acesso aos materiais durante o evento;
- Disponibilizar comunicação online para esclarecimento de possíveis dúvidas.

4.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.2.1. O contratante deverá:

- Garantir as condições necessárias para a execução do contrato;
- Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste instrumento;
- Notificar a contratada sobre eventuais falhas na execução do serviço.

4.3. SANÇÕES APLICÁVEIS

- 4.3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- Advertência por escrito;
- Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- Suspensão temporária de contratar com a Administração Pública por até 2 (dois) anos;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE
Coordenadoria de Contratos

 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo TCE/RN em uma única parcela mediante crédito em conta corrente da contratada, no prazo de até o 30 (trinta) dias, contado do atesto da nota fiscal.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1. O objeto tem a natureza de serviço técnico de natureza predominantemente intelectual e deve ser contratado de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 inciso III alínea f) da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. Considerando que a solução atende integralmente às necessidades previamente identificadas, e que o valor da contratação se enquadra nos limites da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a elaboração de Estudos Preliminares, nos termos do art. 17, inciso I, alínea "b", da Resolução nº 011/2023.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 7.1. Em relação a todos os itens, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.078/1990 e alterações (Código de Defesa do Consumidor).
 - 7.2. Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de referência.

Natal/RN, 24 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)

Hebe Navarro Mesquita da Rocha

Matrícula nº 10.013-4

Assistente Técnico Administrativo CC-4